

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Despacho n.º 11 224/2001 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Maio de 2001 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é aditado ao quadro complementar do gabinete do Grupo Parlamentar do Partido Socialista um lugar com a categoria de auxiliar de serviços gerais, nos termos do artigo 62.º, n.º 5, da Lei Orgânica da Assembleia da República.

15 de Maio de 2001. — A Directora de Serviços, *Teresa Fernandes*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Despacho conjunto n.º 466/2001. — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei Orgânica do Instituto da Cooperação Portuguesa, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 60/94, de 24 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 293/97, de 24 de Outubro, conjugado com o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, é nomeado presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa o Dr. João Titterington Gomes Cravinho.

30 de Janeiro de 2001. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.

Curriculum vitae (resumido)

Nome — João Gomes Cravinho.

Graus académicos:

Doutoramento — Dphil, University of Oxford, 1996; título da tese: *Modernizing Mozambique: Frelimo, Ideology and the Frelimo State*;
Mestrado — M.Sc (Econ), London School of Economics, 1987;
Licenciatura — B.Sc (Econ), London School of Economics, 1986.

Experiência académica:

1996-actualidade — professor auxiliar na Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, responsável pelas cadeiras de Teorias de Relações Internacionais, Introdução à Diplomacia; Políticas Externas e Problemática do Estado Contemporâneo no curso de Relações Internacionais;
1996-actualidade — professor convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Responsável pela cadeira de Introdução às Relações Internacionais, no curso de Direito.

Experiência profissional:

2001-2001 — investigador visitante do Department of Government, Universidade de Georgetown, Washington DC;
1999-2000 — adjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação;
1997-2000 — assessor do Instituto de Defesa Nacional, Lisboa. Conferencista para os cursos de auditor de Defesa Nacional;
1998-2000 — membro da Direcção do Centro de Estudos Africanos do ISCTE;
1999 — coordenador do relatório interministerial sobre uma estratégia de cooperação para Timor Leste;
1996-1999 — professor convidado do ISCTE. Responsável pela cadeira de Sociologia do Estado Pós-Colonial no mestrado em Estudos Africanos;
1995-1996 — investigador associado no Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, responsável pela área do Magrebe;
1993-1996 — representante português no grupo de trabalho para a África Austral do Comité de Liaison das ONG (Bruxelas), a convite da plataforma portuguesa para as ONG de desenvolvimento;
1993 — professor convidado do Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo, Moçambique;
1990 — missão de pesquisa de dois meses à África do Sul para um trabalho de investigação sobre a comunidade portuguesa residente naquele país.

Consultorias:

1997-1998 — consultor para Moçambique para o estabelecimento de um programa de cooperação do Ministério da Solidariedade

e Segurança Social (Ministério do Trabalho e da Solidariedade a partir de Novembro de 1997).

Duas missões de trabalho a Moçambique (Agosto-Setembro de 1997 e Janeiro-Fevereiro de 1998);

1996 — membro da equipa de Agro.Ges que pesquisou e escreveu o relatório «Para uma estratégia de segurança alimentar em Moçambique» para a Comissão Europeia, com uma missão de seis semanas em Moçambique.

Bibliografia — é autor de vários artigos publicados em revistas nacionais e internacionais nas temáticas das relações internacionais e cooperação.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho conjunto n.º 467/2001. — Os estudos mais recentes revelam que o consumo de drogas ilícitas em meio escolar, com particular incidência no 3.º ciclo do ensino básico, no secundário e no ensino superior, mostra tendência para estabilizar ou para subir ligeiramente no que diz respeito a certas substâncias.

Por outro lado, o Plano de Acção de Luta contra a Droga e a Toxicodependência — Horizonte 2004 dá grande ênfase aos objectivos e às acções de prevenção primária, atribuindo grande prioridade a esse pilar das políticas.

No âmbito das escolas assinala-se, por exemplo, os compromissos de assegurar até 2004 a inclusão da prevenção dos consumos de substâncias ilícitas nos projectos educativos de todas as escolas, de produzir e divulgar em todas as escolas materiais de apoio, de incluir objectivos de aprendizagem, sugestões de actividades e materiais de apoio nas orientações curriculares das diferentes áreas e disciplinas, bem como o programa de intervenção junto dos estudantes do ensino superior.

Com vista a contribuir para o cumprimento dos objectivos do Plano de Acção, importa estabelecer uma equipa de contacto, concertação e articulação permanente entre a Presidência do Conselho de Ministros, na pessoa do membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicodependência, e o Ministério da Educação, nas pessoas da Secretária de Estado da Educação e do Secretário de Estado do Ensino Superior.

Assim, mandam o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, a Secretária de Estado da Educação e o Secretário de Estado do Ensino Superior que:

1 — Seja constituída uma equipa de contacto para a prevenção primária do consumo de drogas em meio escolar, formada por dois representantes do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, um representante da Secretária de Estado da Educação e um representante do Secretário de Estado do Ensino Superior.

2 — A equipa de contacto funciona com o apoio logístico e nas instalações do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência.

3 — A equipa de contacto apresenta aos membros do Governo acima referidos as iniciativas necessárias a prosseguir as acções definidas no Plano de Acção de Luta contra a Droga e a Toxicodependência — Horizonte 2004.

16 de Maio de 2001. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Vitalino José Ferreira Prova Canas*. — A Secretária de Estado da Educação, *Ana Benavente*. — O Secretário de Estado do Ensino Superior, *José Joaquim Dinis Reis*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Despacho n.º 11 225/2001 (2.ª série). — O n.º 2 do artigo 4.º da Lei Orgânica do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 60/94, de 24 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 293/97, de 24 de Outubro, determina que o conselho directivo do ICP seja composto por um presidente e três vice-presidentes.

O *curriculum vitae* do licenciado Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia, actualmente professor associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, e as suas reconhecidas capacidades técnicas, humanas e de chefia asseguram ter o perfil adequado para o cabal desempenho do cargo de vice-presidente.

Assim, e nos termos do disposto nos artigos 3.º e 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, é nomeado, em comissão de serviço, para